



ESAF
Escola de Administração Fazendária

Controladoria-Geral da União

Concurso Público - 2006

Gabarito

1

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Prova P.2

Área: Tecnologia da Informação

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2- Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo número do gabarito seja igual ao constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- 3- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“O bom humor espalha mais felicidade do que todas as riquezas do mundo.”
- 5- DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6- Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 8- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 12- Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

Boa prova!

Escola de Administração Fazendária
Rodovia BR 251 Km 04 - Brasília-DF
www.esaf.fazenda.gov.br

DIREITO CONSTITUCIONAL

01- Sobre Teoria Geral da Constituição, Poderes do Estado e suas respectivas funções e Supremacia da Constituição, assinale a única opção correta.

- a) O poder político de um Estado é composto pelas funções legislativa, executiva e judicial e tem por características essenciais a unicidade, a indivisibilidade e a indelegabilidade.
- b) Uma constituição rígida não pode ser objeto de emenda.
- c) A distinção de conteúdo entre uma norma constitucional em sentido formal e uma norma constitucional em sentido material tem reflexos sobre a aplicabilidade das normas constitucionais.
- d) Nem toda constituição classificada como dogmática foi elaborada por um órgão constituinte.
- e) Segundo a doutrina, não há relação entre a rigidez constitucional e o princípio da supremacia da constituição.

02- Sobre Teoria Geral do Estado e princípios fundamentais na Constituição Federal de 1988, assinale a única opção correta.

- a) Não é elemento essencial do princípio federativo a existência de dois tipos de entidade – a União e as coletividades regionais autônomas.
- b) Rege a República Federativa do Brasil, em suas relações internacionais, o princípio da livre iniciativa.
- c) O pluralismo político, embora desdobramento do princípio do estado Democrático de Direito, não é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) O princípio republicano tem como características essenciais: a eletividade, a temporariedade e a necessidade de prestação de contas pela administração pública.
- e) É um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, expresso no texto constitucional, a garantia do desenvolvimento nacional e a busca da auto-suficiência econômica.

03- Sobre direitos e garantias fundamentais, na Constituição Federal de 1988, assinale a única opção correta.

- a) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio apenas temporário para sua utilização.
- b) A Constituição Federal reconhece a instituição do júri, assegurado-lhe a imutabilidade dos seus veredictos.
- c) A Constituição Federal veda a identificação criminal do civilmente identificado.
- d) A liberdade de associação para fins lícitos é plena, não tendo nenhuma restrição no texto constitucional.
- e) O exercício do direito de petição aos Poderes Públicos, independentemente de taxas, para defesa de direitos, depende, nos termos constitucionais, de disciplina legal.

04- Sobre direitos e garantias fundamentais, na Constituição Federal de 1988, assinale a única opção correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal, a lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais.
- b) A legalidade do exercício do direito de greve pelo trabalhador, nos termos da Constituição Federal, é aferida em face do período de dissídio da categoria.
- c) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical, permanecendo a estabilidade provisória até um ano após o pleito, caso ele não seja eleito.
- d) Nos termos da Constituição Federal, o piso salarial deverá ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- e) A Constituição Federal proíbe, sob qualquer modalidade, o trabalho do menor de dezesseis anos.

05- Sobre organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) Por ser a República Federativa do Brasil um Estado laico, a Constituição Federal veda qualquer forma de aliança com cultos religiosos.
- b) A reintegração de um Território Federal ao seu Estado de origem, depende de emenda constitucional.
- c) Compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território.
- d) As cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos, desde que não situados em terras de propriedade dos Estados, pertencem à União.
- e) A competência para legislar sobre orçamento é privativa da União.

06- Sobre organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) É competência remanescente dos Estados implantarem política de educação para a segurança do trânsito.
- b) Pertencem aos Estados as ilhas fluviais localizadas em seu território, que não se situem na zona limítrofe com outros países.
- c) É vedado ao Governador do Estado assumir qualquer cargo ou função na administração pública direta, sob pena de perda do seu mandato eletivo.
- d) Os subsídios dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa do Poder Executivo.
- e) Em face de emenda constitucional, o subsídio dos Deputados Estaduais têm por limite a remuneração dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.

07- Sobre organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) O subsídio dos Vereadores deverá ser fixado por lei de iniciativa das respectivas Câmaras Municipais, só sendo aplicável o reajuste na legislatura subsequente.
- b) A Constituição Federal só prevê a possibilidade de dois turnos de votação, para eleição dos prefeitos, nos municípios que tiverem mais de duzentos mil habitantes.
- c) Para fins de aplicação do limite constitucional para o total das despesas do Poder Legislativo Municipal são contabilizados os gastos com os inativos do Poder Legislativo e excluídos os gastos com os subsídios dos vereadores, que têm limite próprio.
- d) Compete ao Município manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar, fundamental e médio.
- e) O valor máximo do subsídio de um vereador, previsto no texto constitucional, corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio de um Deputado Estadual, só sendo possível fixar esse valor se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

08- Sobre organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) Observados os limites constitucionais, a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar será disciplinada em lei distrital.
- b) O decreto de intervenção do Estado no município sempre deverá especificar a amplitude, o prazo e as condições de execução, sendo submetido à apreciação da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.
- c) A intervenção da União no Estado, com vistas a reorganizar as finanças da unidade da Federação, dar-se-á apenas na hipótese de suspensão do pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.
- d) O pressuposto formal para que a União decrete a intervenção em um Estado por ter ele deixado de prestar contas da administração pública direta e indireta é a simples constatação da ocorrência do fato.
- e) Em relação aos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, lei complementar federal disporá sobre as eleições para a Câmara Territorial e sua competência deliberativa.

09- Sobre Administração Pública, assinale a única opção correta.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas só são acessíveis aos brasileiros e, ainda assim, se forem preenchidos os requisitos estabelecidos em lei.
- b) A Constituição veda, em razão do direito à privacidade, o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais pelas administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.
- d) Por força de disposição constitucional, as áreas de atuação de uma fundação devem ser definidas por lei complementar.
- e) A prescrição dos ilícitos causados por agente público ao Erário elide a possibilidade do ressarcimento do dano causado.

10- Sobre o Poder Legislativo, assinale a única opção correta.

- a) Os Deputados e Senadores, desde a posse, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) Compete ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, fixar, por lei de iniciativa do Presidente da República, os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.
- d) O Senador não perderá o mandato se for licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, desde que o afastamento não ultrapasse cento e oitenta dias por sessão legislativa.
- e) A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á pelo Presidente da República em caso de decretação de estado de defesa.

11- Sobre o Ministério Público da União, assinale a única opção correta.

- a) É garantia do membro do Ministério Público, a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.
- b) Lei complementar federal, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.
- c) Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias (LDO), o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na LDO.
- d) O impedimento para o exercício da advocacia junto ao juízo ou tribunal no qual atuava, antes de decorrido três anos de seu afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração não se aplica ao membro do Ministério Público.
- e) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta das duas Casas do Congresso Nacional.

12- Sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, assinale a única opção correta.

- a) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos entre brasileiros que, entre outros requisitos, possuam notórios conhecimentos jurídicos, contábeis ou financeiros ou de administração pública.
- b) As decisões do Tribunal de Contas da União das quais resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo judicial, quando forem proferidas em sede de processo de tomada de contas especial.
- c) Nos termos da Constituição Federal, é da competência do Tribunal de Contas da União a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual.
- d) O Tribunal de Contas da União só pode realizar inspeções de natureza operacional nas unidades do Poder Executivo, quando solicitado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou por Comissão Permanente ou Temporária do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas.
- e) Os responsáveis pelo controle interno que deixarem de dar ciência ao Tribunal de Contas da União de irregularidades que tomarem conhecimento assumirão responsabilidade subsidiária em relação a eventual prejuízo ao Erário, decorrente dessa irregularidade.

13- Sobre o Poder Executivo, assinale a única opção correta.

- a) Na eleição para Presidente da República, se antes do segundo turno ocorrer a morte do candidato a Presidente da República, o candidato a Vice-Presidente assume a cabeça da chapa e, no caso de sua eleição, em seus impedimentos, ele será substituído, sucessivamente, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado Federal e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) Compete ao Presidente da República exercer o comando supremo das Forças Armadas e ao Ministro de Estado da Defesa, por força das suas atribuições administrativas, a nomeação dos oficiais-generais para os cargos que lhes são privativos.
- c) Compete ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a criação ou extinção de órgãos públicos, desde que não implique aumento de despesa.
- d) Os eleitos para assumirem os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, no caso de vacância dos dois cargos, serão sempre eleitos apenas para completar o período que resta do mandato, seja essa eleição uma eleição geral ou uma eleição indireta, feita no âmbito do Congresso Nacional.
- e) Nos termos da Constituição Federal, o Presidente da República, na vigência de seu mandato, só pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções quando o ilícito for de natureza penal.

14- Sobre o Poder Judiciário, assinale a única opção correta.

- a) Só poderá ser promovido por merecimento o juiz que demonstrar dois anos de exercício na respectiva entrância e que integrar a primeira quinta parte da lista de antiguidade para a promoção.
- b) Se o recorrente, no recurso extraordinário, não demonstrar, nos termos da lei, a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, o recurso poderá não ser admitido, liminarmente, pelo Relator designado para o processo.
- c) Só é possível a criação de Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes.
- d) Em razão de alteração do texto constitucional, recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito sem vinculação com as disposições convencionadas anteriormente.
- e) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.

15- Sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a única opção correta.

- a) As contribuições sociais instituídas pela União não incidirão sobre receitas decorrentes de exportação nem sobre importação de produtos estrangeiros ou serviços.
- b) O imposto sobre propriedade de veículos automotores terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- c) o imposto sobre a propriedade territorial rural não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei.
- d) O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo.
- e) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de impostos que incidam sobre o patrimônio das autarquias ou fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

16- Sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a única opção correta.

- a) A vinculação da progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana ao valor do imóvel é inconstitucional porque esse critério fere o princípio da isonomia tributária.
- b) Pertence à União o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios.
- c) Por expressa determinação constitucional, é atribuição do Poder Executivo efetuar o cálculo das quotas de cada Unidade da Federação, referentes ao Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal.
- d) É vedado à União reter, restringir ou condicionar a entrega dos recursos decorrentes da repartição tributária, definida no texto constitucional.
- e) A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados, um percentual, definido no texto constitucional, do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados (IPI).

17- Sobre Finanças Públicas, assinale a única opção correta.

- a) O projeto de lei relativo às diretrizes orçamentárias será apreciado por Comissão Mista Temporária do Congresso Nacional, criada especificamente para esse fim, que deverá elaborar o seu parecer antes do encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- b) É constitucionalmente vedado constar da lei orçamentária anual dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares.

- c) Na lei que instituir o plano plurianual, serão estabelecidas, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal relativas aos programas de duração continuada.
- d) Emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias só poderão ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários para a sua execução, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.
- e) Para o cumprimento dos limites estabelecidos em lei complementar para despesa com pessoal ativo e inativo da Administração Direta, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão, de acordo com a conveniência administrativa, uma das seguintes medidas: redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; exoneração dos servidores não-estáveis ou exoneração dos servidores estáveis.

18- Sobre políticas públicas, assinale a única opção correta.

- a) A Constituição Federal veda de forma expressa aos Estados repasse de recursos públicos a entidades privadas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- b) O casamento civil, cuja celebração, conforme definido no texto constitucional, é gratuita, pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano, nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.
- c) A decisão pela não renovação da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens dependerá de aprovação, no mínimo, da maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional, em votação secreta.
- d) O meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo, sendo exclusivo do Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações.
- e) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, sendo vedada a participação de pessoa jurídica no capital social da empresa.

19- Sobre políticas públicas, assinale a única opção correta.

- a) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade aos ensinos médio e superior.
- b) A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.
- c) Entre as diretrizes constitucionais para o cumprimento pelo Estado de seu dever de fomentar práticas desportivas formais, encontra-se a vedação de destinação de recursos para o desporto de alto rendimento.
- d) Os Estados poderão vincular a fundo estadual de fomento à cultura percentual, definido na Constituição Federal, de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, incluindo-se entre os gastos a serem cobertos com esses recursos despesas com pessoal e encargos sociais, desde que diretamente decorrentes de ações ligadas aos programas e projetos culturais.
- e) A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração, entre outras, das ações do poder público que promovam a democratização do acesso aos bens da cultura.

20- Sobre políticas públicas, assinale a única opção correta.

- a) A política agrícola, planejada e executada na forma da lei, deverá levar em conta, entre outros aspectos, o cooperativismo.
- b) As desapropriações de imóveis urbanos serão sempre feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- c) A desapropriação pela União, por interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel rural, incluindo as suas benfeitorias, que não esteja cumprindo sua função social, será feita mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.
- d) Um dos princípios constitucionais da ordem econômica é o tratamento favorecido das empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.
- e) Nos termos constitucionais, considera-se como atendendo à função social a propriedade rural que, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, cumprir a um dos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado ou exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21- Pelo sistema constitucional brasileiro, a categoria das agências reguladoras apresentam competência de natureza:

- a) legislativa e administrativa.
- b) exclusivamente administrativa.
- c) exclusivamente legislativa.
- d) administrativa e jurisdicional.
- e) legislativa, administrativa e jurisdicional.

22- Assinale, entre as hipóteses abaixo, aquela que corresponde à competência legislativa do Congresso Nacional, prevista na Constituição Federal, sobre a organização administrativa do Poder Executivo.

- a) Criação, extinção e atribuições de órgãos da Administração Pública.
- b) Criação, extinção e atribuições de Ministérios, órgãos e entidades da Administração Pública.
- c) Criação e extinção de órgãos da Administração Direta
- d) Criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública.
- e) Criação e extinção de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

23- Correlacione as duas colunas e identifique a ordem correta das respostas, tratando-se de institutos e princípios correlatos de Administração Pública.

- 1 – segurança jurídica
- 2 – impessoalidade
- 3 – moralidade
- 4 – eficiência
- 5 – razoabilidade

- () economicidade
- () preclusão administrativa
- () isonomia
- () costumes da sociedade
- () proporcionalidade

- a) 5/3/2/1/4
- b) 1/4/2/3/5
- c) 4/1/2/3/5
- d) 5/2/4/1/3
- e) 4/5/3/2/1

24- Por decorrência do poder hierárquico da Administração Pública, surge o instituto da delegação de competências.

Assinale, entre as atividades abaixo, aquela que não pode ser delegada.

- a) Matéria de competência concorrente de órgão ou entidade.
- b) Edição de atos de nomeação de servidores.
- c) Aplicação de pena disciplinar a servidor.
- d) Homologação de processo licitatório.
- e) Decisão de recursos administrativos.

25- Tratando-se do poder de polícia administrativa, assinale a afirmativa falsa.

- a) Decorre de uma limitação aos direitos de cada cidadão.
- b) Caracteriza-se, fundamentalmente, como uma obrigação de não-fazer.
- c) Assim como a polícia judiciária, a polícia administrativa também pode ser repressiva.
- d) O ato de polícia administrativa provém privativamente de autoridade pública.
- e) Distingue-se da servidão administrativa, por não se caracterizar como um dever de suportar.

26- No conceito de ato administrativo, arrolado pelos juristas pátrios, são assinaladas diversas características. Aponte, no rol abaixo, aquela que não se enquadra no referido conceito.

- a) Consiste em providências jurídicas complementares da lei, em caráter necessariamente vinculado.
- b) É exercido no uso de prerrogativas públicas, sob regência do Direito Público.
- c) Trata-se de declaração jurídica unilateral, mediante manifestação que produz efeitos de direito.
- d) Provém do Estado ou de quem esteja investido em prerrogativas estatais.
- e) Sujeita-se a exame de legitimidade por órgão jurisdicional, por não apresentar caráter de definitividade.

27- O ato administrativo conceituado como "ato unilateral, discricionário, pelo qual a Administração faculta o exercício de alguma atividade material, em caráter precário", denomina-se

- a) licença.
- b) permissão.
- c) autorização.
- d) concessão.
- e) aprovação.

28- No âmbito das teorias relativas à invalidação do ato administrativo, entende-se a figura da cassação como

- a) retirada do ato porque o destinatário descumpriu condições que deveriam permanecer atendidas a fim de dar continuidade à situação jurídica.
- b) retirada do ato porque sobreveio norma jurídica que tornou inadmissível situação anteriormente permitida.
- c) retirada do ato porque foi emitido outro ato, com fundamento em competência diversa daquela que gerou o ato anterior, mas cujos efeitos são contrapostos aos daquele.
- d) retirada do ato por razões de conveniência e oportunidade.
- e) retirada do ato porque fora praticado em desconformidade com a ordem jurídica.

29- Tratando-se de mandado de segurança, assinale a afirmativa falsa, conforme as súmulas do Supremo Tribunal Federal.

- a) Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
- b) Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.
- c) O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança.
- d) Decisão denegatória de mandado de segurança, não fazendo coisa julgada contra o impetrante, não impede o uso de ação própria.
- e) Concessão de mandado de segurança produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito.

30- Em relação à ação popular, assinale a afirmativa falsa.

- a) É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.
- b) A ação popular será proposta, também, contra os beneficiários do ato impugnado.
- c) A pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja objeto de ação popular, poderá, a juízo de seu representante, atuar ao lado do autor ou defender o ato impugnado, desde que assim recomende o interesse público.
- d) O Ministério Público acompanhará a ação, sendo-lhe vedado assumir a defesa do ato impugnado ou de seus autores.
- e) Serão réus na ação popular as autoridades que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado.

- 31- Na hipótese da contratação direta, com dispensa de licitação, em razão de situação de emergência ou de calamidade pública, o contrato decorrente
- tem prazo máximo de duração de 360 dias.
 - tem prazo máximo de duração de 120 dias, vedada a sua prorrogação.
 - tem prazo máximo de duração de 180 dias, permitida uma única prorrogação.
 - tem prazo máximo de duração de 180 dias, vedada a sua prorrogação.
 - tem prazo máximo de 360 dias, podendo ser prorrogado se persistir a situação de emergência.
- 32- Não se considera pressuposto necessário ao procedimento licitatório, para obras e serviços, nos termos da legislação respectiva,
- existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.
 - haver projeto executivo, com o detalhamento técnico das atividades a serem realizadas pelos contratados.
 - haver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes da obra ou serviço a serem executadas no exercício financeiro em curso, conforme o cronograma.
 - que o produto esteja previsto no respectivo Plano Plurianual, quando for o caso.
 - haver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar da licitação.
- 33- A regra básica relativa à vigência dos contratos administrativos é:
- duração adstrita aos respectivos créditos orçamentários.
 - duração de até 60 meses.
 - duração definida em cada edital de licitação.
 - duração de um ano.
 - duração de até 24 meses.
- 34- O instituto previsto na legislação sobre contrato administrativo, referente à formalização da variação do valor contratual, decorrente de reajuste de preços, previsto no contrato, que não caracteriza a sua alteração, denomina-se
- aditivo.
 - termo de ajustamento.
 - apostila.
 - nota de aditamento.
 - termo de variação monetária.
- 35- Não integra a natureza legal do instituto da permissão de serviço público:
- precedida de licitação pública.
 - objeto limitado à prestação de serviços públicos não complexos.
 - precariedade de seu objeto.
 - revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.
 - formalizada mediante contrato de adesão.
- 36- O prazo previsto na legislação federal brasileira para a concessão de estações aduaneiras e outros terminais alfandegados de uso público, não-instalados em área de porto ou aeroporto, precedidas ou não de obras públicas, é de
- 30 anos, sem prorrogação.
 - 20 anos, com uma prorrogação de igual período.
 - 15 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos.
 - 10 anos, com uma prorrogação de igual período.
 - 25 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos.
- 37- Não integra o rol de requisitos básicos para investidura em cargo público:
- comprovação de ausência de condenação penal.
 - nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
 - aptidão física e mental.
 - gozo dos direitos políticos.
 - idade mínima de dezoito anos.
- 38- A exoneração de ofício de servidor público, ocupante de cargo efetivo, dar-se-á
- a pedido do próprio servidor.
 - em razão de processo administrativo, sendo-lhe assegurada ampla defesa.
 - a juízo da autoridade competente.
 - quando, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo estabelecido.
 - em virtude da extinção do cargo.
- 39- O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de
- débito com o erário.
 - prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.
 - indenização decorrente de condenação de natureza penal.
 - ressarcimento de dano a terceiro em razão de ato comissivo.
 - não pagamento de empréstimo consignado em folha salarial.

40-A licença a favor do servidor público para o exercício de atividade política será

- a) não-remunerada, até o limite de três meses.
- b) não-remunerada, entre o dia da escolha em convenção partidária até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- c) remunerada, desde a escolha em convenção partidária, até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- d) remunerada, até o limite de três meses, entre o registro de sua candidatura e o décimo dia seguinte ao da eleição.
- e) remunerada, até o limite de quatro meses, entre a escolha em convenção partidária e a data da eleição.

FUNDAMENTOS DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA

41- Entre as características do orçamento-programa, há uma opção falsa. Aponte-a.

- a) Orçamento é o instrumento de ligação entre o planejamento e as funções executivas da organização.
- b) As decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis.
- c) Há utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados.
- d) Na elaboração do orçamento, são considerados todos os custos do programa, inclusive os que extrapolam o exercício.
- e) O principal critério de classificação é o institucional.

42- No que diz respeito aos conceitos de Orçamento Público e princípios orçamentários, assinale a única opção falsa.

- a) O orçamento tradicional ou clássico é o processo de elaboração do orçamento constituído de um único documento, no qual se previam as receitas e a autorização por tipo de gasto, sem qualquer definição do programa e dos objetivos de governo.
- b) Os princípios orçamentários estão definidos na Lei n. 4.320/64 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) O orçamento-programa elaborado de forma correta constitui eficaz instrumento de planejamento e programação, gerência e administração, controle e avaliação.
- d) O orçamento-programa apresenta uma série de diferenças do orçamento tradicional, que enfoca o que se pretende gastar.
- e) No Brasil, a origem do orçamento está ligada ao surgimento do governo representativo.

43- Na classificação da despesa pública segundo a natureza, no Brasil, um Grupo de Natureza da Despesa agrega os elementos de despesa com a mesma característica quanto ao objeto de gasto. Identifique qual despesa não pertence a esse grupo.

- a) Pessoal e encargos sociais.
- b) Inversões financeiras.
- c) Investimentos.
- d) Amortização de empréstimos.
- e) Juros e encargos da dívida.

44- A despesa orçamentária será efetivada por meio do cumprimento de estágios. Com relação aos estágios da despesa pública, identifique a opção incorreta.

- a) A liquidação é o estágio que consiste na verificação do direito do credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- b) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- c) O empenho global é destinado a atender a despesa de valor não quantificável durante o exercício.
- d) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.
- e) O pagamento representa a fase final do processo de despesa pública e somente poderá ser efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

45- A Portaria n. 42/1999 atualizou a discriminação da despesa por Funções e Subfunções de Governo. Assim, indique qual é a opção correta com relação ao conteúdo da referida portaria.

- a) Nos balanços e nas leis orçamentárias, as ações serão identificadas em termos de função, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais.
- b) As operações especiais são despesas que não contribuem para a manutenção das ações do Governo, mas geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.
- c) O programa é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um projeto.
- d) A função visa a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.
- e) A Função Indústria tem como subfunção a Subfunção Turismo.

46- Uma instituição pública realizou os seguintes gastos durante determinado exercício: aquisição de veículos no montante de 75 mil, construção de calçadas em via pública no montante de 180 mil, pagamento de despesa com pessoal no montante de 200 mil e aquisição de terreno para construção de edifício sede no montante de 50 mil. Assinale a opção que indica o montante do acréscimo ocorrido no patrimônio da entidade no exercício.

- a) 50 mil
- b) 75 mil
- c) 505 mil
- d) 305 mil
- e) 125 mil

47- A respeito da contabilidade orçamentária e financeira a Lei n. 4.320/64 determina, exceto que

- a) o registro contábil da receita será realizado de acordo com as especificações da Lei Orçamentária Anual.
- b) os depósitos de terceiros não integram a dívida flutuante.
- c) as operações não compreendidas na execução orçamentária que resultem débitos ou créditos de natureza financeira serão também objeto de registro contábil.
- d) os débitos de tesouraria integram a dívida flutuante.
- e) deve ser evidenciado o montante dos créditos orçamentários vigentes.

48- O Sistema de Administração Financeira Federal de que trata o Decreto n. 3.590/2000 compreende as seguintes atividades, exceto:

- a) garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional.
- b) administração de direitos e haveres.
- c) controle e acompanhamento dos gastos do ente público.
- d) programação financeira da União.
- e) orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira.

49- Em um *Balanço Financeiro* em que nos ingressos extraorçamentários consta a rubrica *Restos a Pagar* com valores diferentes de zero, é correto afirmar que a rubrica demonstra

- a) o montante de recursos recebidos para o pagamento de *restos a pagar* no exercício.
- b) os *restos a pagar não-processados* inscritos no exercício.
- c) o montante de *restos a pagar* pagos no exercício.
- d) o montante de *restos a pagar* inscritos no exercício.
- e) o montante de *restos a pagar* cancelados no exercício.

50- Assinale a opção correta, segundo a regulamentação vigente, a respeito da guarda e arquivamento dos documentos relativos aos registros contábeis dos atos da receita e da despesa.

- a) Encerrado o mês contábil, podem ser incinerados uma vez que todos os registros encontram-se gravados eletronicamente no Siafi.
- b) Não há a necessidade de arquivamento de documentos visto que os documentos eletrônicos são considerados oficiais.
- c) Devem ser mantidos à disposição dos órgãos de controle por dois anos, caso os registros sejam feitos eletronicamente.
- d) Depois de encerradas as contas e enviadas ao Tribunal de Contas da União, podem ser incinerados.
- e) Devem ser mantidos à disposição dos órgãos de controle por cinco anos a contar da data de julgamento das contas dos responsáveis pelo Tribunal de Contas da União.

FUNDAMENTOS DE AUDITORIA

51- Visando a avaliar os procedimentos adotados pelos Contadores e firmas de Auditoria que exercem a atividade de Auditoria Independente, com vistas a assegurar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, foi instituído(a) pelo Conselho Federal de Contabilidade

- a) o Programa de Educação Profissional Continuada.
- b) o Exame Nacional de Qualificação Técnica.
- c) o Cadastro Nacional de Auditores Independentes.
- d) a Revisão Externa de Qualidade pelos Pares.
- e) a Supervisão e Controle de Qualidade Externa.

52- Assinale, entre as opções abaixo, aquela que – à luz da interpretação do Conselho Federal de Contabilidade – não é caracterizada como fraude.

- a) Interpretação incorreta das normas contábeis.
- b) Supressão ou omissão de transações nos registros contábeis.
- c) Manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos ou resultados.
- d) Registro de transações sem comprovação.
- e) Aplicação de práticas contábeis indevidas.

53- Acerca da responsabilização de Auditor, no desempenho de suas funções, assinale a opção correta.

- a) O Auditor Interno não pode ser responsabilizado.
- b) A omissão de informações nos pareceres de auditoria, ainda que dolosa, não pode gerar responsabilização.
- c) A ocorrência de informação incorreta no parecer do Auditor, mesmo que gere prejuízos à entidade auditada ou a terceiros, não enseja responsabilidade.

- d) Tendo se valido adequadamente das técnicas de auditoria, o Auditor Externo não pode ser responsabilizado pela ocorrência de fraudes e erros não detectados em seus trabalhos.
- e) A utilização de serviços contábeis de um Auditor Interno pelo Auditor Independente isenta este último de qualquer responsabilidade sobre os resultados dos trabalhos.
- 54- Caracterizam-se como objetivos do Planejamento da Auditoria, exceto:
- identificar a legislação e os normativos aplicáveis à entidade.
 - propor alterações na estrutura da entidade auditada.
 - estimar os prazos necessários para a realização dos trabalhos.
 - identificar os problemas potenciais da entidade.
 - definir a forma de divisão de tarefas entre os membros da equipe de auditoria.
- 55- Por risco de auditoria entende-se
- a possibilidade de o auditor não conseguir concluir seus trabalhos.
 - o índice percentual associado à soma ponderada dos índices de risco inerente, de detecção e de amostragem.
 - a possibilidade de que o resultado da auditoria induza o auditor a concluir pela existência de irregularidades em virtude de falhas nos procedimentos de auditoria.
 - a amplitude associada à não-cobertura das ações da empresa auditada pelos controles contábeis adotados.
 - a possibilidade de o auditor emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas.
- 56- Os papéis de trabalho são o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo auditor e que constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento de sua opinião. Indique, entre as seguintes afirmativas, aquela que não se aplica aos papéis de trabalho.
- Devem ser conservados em boa guarda pelo período de cinco anos a partir da data da emissão do parecer a que serviram de fundamento.
 - Devem conter informações relativas ao planejamento da auditoria.
 - Quando podem ser utilizados por mais de um período, são classificados como 'permanentes'.
 - Arquivos mantidos em meios ópticos ou magnéticos não podem ser classificados como papéis de trabalho.
 - Podem ser padronizados ou não.
- 57- A Revisão Analítica vale-se da análise do comportamento de valores significativos por meio de índices, relações, valores absolutos ou outros meios que permitam avaliar variações atípicas ou anormais. Considerando o relacionamento direto entre valores de contas ou grupos de contas contábeis que possuam elevado grau de vinculação, assinale a opção em cujas contas ou grupo de contas se verifica o menor grau de interdependência esperado para fins de Revisão Analítica.
- Despesas Financeiras e Empréstimos a Pagar.
 - Despesas com Salários e Encargos Sociais.
 - Estoques e Custo das Mercadorias Vendidas.
 - Compras e Fornecedores a Pagar.
 - Conta Capital e Ativo Diferido.
- 58- Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, o Parecer emitido pelos Auditores Independentes pode receber as seguintes classificações, exceto:
- parecer sem ressalva.
 - parecer com ressalva.
 - parecer adverso.
 - parecer com abstenção de opinião por limitação na extensão.
 - parecer contrário.
- 59- Quando o Auditor Independente verificar a existência de efeitos que, isolada ou conjuntamente, forem de tal relevância que comprometam o conjunto das demonstrações contábeis, deve emitir parecer
- sem ressalva.
 - com abstenção de opinião por limitação na extensão.
 - adverso.
 - com ressalva.
 - com abstenção de opinião por incertezas.
- 60- Nos termos da NBC-T-12, as informações que fundamentam os resultados da auditoria interna e que devem, por isso mesmo, ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecerem uma base sólida para as conclusões e recomendações, são denominadas
- accountability*.
 - base contábil.
 - evidências.
 - informes contábeis.
 - dados relevantes.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br